ANEXO I

(a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º)

Sector	Base jurídica	Notas
Culturas arvenses	Artigos 2.º e 5.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999	Pagamentos por superfície, incluindo pagamentos por retirada de terras, assim como o complemento e a ajuda especial para o trigo-duro.
Fécula de batata	N.º 2 do artigo 8.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92	Pagamentos.
Cereais	Artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 3653/90 [conjugado com o Regulamento (CEE) n.º 738/93].	Medidas de transição que regulamentam a organização comum de mercado dos cereais em Portugal.
Azeite	N.º 1 do artigo 5.º do Regulamento n.º 136/66/CEE	Ajuda à produção.
Leguminosas	Artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1577/96	Ajuda à superfície.
Linho	Artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 1308/70	Ajuda à superfície (a parte paga aos agricultores).
Cânhamo	Artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 1308/70	Ajuda à superfície.
Bicho-da-seda	Artigo 2.º do Regulamento (CEE) n.º 845/72	Ajuda para incentivar a criação.
Banana	Artigo 12.º do Regulamento (CEE) n.º 404/93	Ajuda à produção.
Uvas secas	N.º 1 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 2201/96	Ajuda à superfície.
Tabaco	Artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 2075/92	Ajuda à produção.
Sementes	Artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 2358/71	Ajuda à produção.
Lúpulo	Artigo 12.º do Regulamento (CEE) n.º 1696/71	Ajuda à superfície.
	Regulamento (CE) n.º 1098/98	Pagamentos apenas para descanso temporário.
Arroz	Artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95	Ajuda à superfície.
Carne de bovino	Artigos 4.º, 5.º, 6.º, 10.º, 11.º e 13.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999.	Prémio especial, prémio de dessazonização, prémio para as vacas em aleitamento (incluindo o prémio para as novilhas e o prémio nacional complementar para as vacas em aleitamento, se co-financiado) prémio ao abate, subsídio de extensificação, pagamentos complementares.
Leite e produtos lácteos	Artigos 16.º e 17.º do Regulamento (CE) n.º 1256/1999	Prémio aos produtos lácteos e pagamentos complementares.
Ovinos	Artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 2467/98	Prémio à ovelha e à cabra e complementos às LFA.
Dinheiros agrícolas	Artigos 4.º e 5.º do Regulamento (CE) n.º 2799/99 Artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CE) n.º 2800/99	Pagamentos aos produtores (incluindo os feitos ao abrigo do regulamento de transição).
POSEIMA	Artigos 11.º, 14.º e 24.º, 16.º e 27.º, 17.º e artigo 25.º, n.º 1, 22.º e 29.º e 30.º do Regulamento (CEE) n.º 1600/92.	Sectores: cultivo de frutas, legumes, plantas e flores; carne de bovino e leite; batata e endívias, açúcar; vinho; ananás.

ANEXO II

(a que se refere o artigo 2.º)

Ajudas directas a modular em euros

A receber pelo beneficiário	Sujeitas a modulação	Taxa de modulação (percentagem)
≤ 37 450	0	0
> 37 450 a 40 480	≥ 0 a 40 480	var. (0 a 7,5)
> 40 480 a 49 900	> 40 480 a 49 900	10
> 49 900 a 74 850	> 49 900 a 74 850	12,5
> 74 850 a 99 800	> 74 850 a 99 800	15
> 99 800 a 149 650	> 99 800 a 149 650	17,5
> 149 650	> 149 650	20

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO**
Decreto-Lei n.º 35/2001
de 8 de Fevereiro

A revisão do regime de carreiras da Administração Pública, consagrada pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de

18 de Dezembro, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, constituiu um significativo passo no sentido de dotar o País de uma Administração Pública mais eficaz, servida por profissionais qualificados, dignos e mais motivados para o esforço de modernização nacional que se pretende levar a cabo neste limiar de um novo século.

Nesta medida, e, sobretudo, por se tratar de um processo dinâmico, importa dar continuidade a tal esforço.

Constatada a realidade ao nível da administração local, detectou-se que, na maioria dos casos, a carreira de servente se encontra desprovida de conteúdo, uma vez que o pessoal nela integrado efectivamente desempenha funções de outras carreiras. Urge, assim, corrigir tal situação de modo a dignificar os funcionários e os próprios serviços.

Nesta perspectiva, estabelece-se que os funcionários integrados na carreira de servente serão obrigatoriamente objecto de reclassificação ou de reconversão profissional, prevendo-se a extinção dos lugares à medida que vagarem.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Foram ouvidas a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Assim, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Extinção da carreira de servente

São extintos, à medida que forem vagando, os lugares da carreira de servente da administração local, ficando proibida a criação e o provimento de lugares na referida carreira.

Artigo 2.º

Reclassificação e reconversão profissionais

1 — Os funcionários integrados, à data da entrada em vigor do presente diploma, na carreira de servente são obrigatoriamente objecto de reclassificação ou de reconversão profissional, de acordo com o disposto na lei geral.

2 — A reclassificação profissional deve ocorrer no prazo máximo de 90 dias a contar da data da entrada em vigor do presente diploma.

3 — A reconversão profissional deve ser concretizada até ao final do ano 2001.

Artigo 3.º

Aditamento de lugares

Os quadros de pessoal consideram-se automaticamente alterados, aditando-se os lugares necessários à execução do artigo 2.º

Artigo 4.º

Formação para a reconversão profissional

O Centro de Estudos e Formação Autárquica deve adequar o seu plano de actividades às necessidades de formação das autarquias locais decorrentes do processo de reconversão profissional previsto no presente diploma.

Artigo 5.º

Revogação

É revogado o artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Dezembro de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura* — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Alberto de Sousa Martins*.

Promulgado em 18 de Janeiro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 25 de Janeiro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

Decreto-Lei n.º 36/2001

de 8 de Fevereiro

Atendendo à natureza das intervenções previstas no Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, Programa Polis, para a zona de Albufeira, cujas orientações gerais foram consagradas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, bem como a necessidade de se garantir, em virtude da dimensão, complexidade e especificidade das acções a serem desenvolvidas, uma execução coordenada, com recurso a uma articulação dos diferentes interesses envolvidos, torna-se necessário constituir uma entidade específica para a concretização do projecto.

Recorrendo à experiência bem sucedida que constituiu a iniciativa da Exposição Mundial de Lisboa, Expo 98, no âmbito da qual se procedeu a uma requalificação e reordenação urbana de grande significado na cidade de Lisboa, para a qual muito contribuíram os esforços coordenados da administração central e dos municípios de Lisboa e de Loures e a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos constituída para a gestão e reorganização do espaço urbano, considera-se que modelo semelhante deve ser adoptado para a realização das intervenções programadas ao abrigo do Programa Polis.

Atentas estas razões, pretende-se constituir uma sociedade comercial, com a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, em cujo capital social participarão o Estado e o município de Albufeira.

Assinalados estes objectivos, surge como relevante a possibilidade de contar com a colaboração de entidades com experiência e conhecimento relevantes no âmbito de intervenções de requalificação e reordenamento de espaço urbano, designadamente na elaboração ou concepção dos planos de urbanização e de pormenor subjacentes à intervenção a realizar, ou na designação e coordenação das entidades encarregadas da elaboração dos mesmos, bem como na coordenação de procedimentos e concursos destinados à execução de trabalhos e obras ou prestação de serviços, sem prejuízo da autonomia contratual de que se encontra dotada a sociedade constituída pelo presente diploma.